

**EDIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO
DE DOIS DOCUMENTOS DO SÉCULO XVIII
DA CAPITANIA DA BAHIA**

Maria Ionaia de Jesus Souza (UNEB)
ionaiasouza@yahoo.com.br

RESUMO

Esta comunicação faz parte de um projeto maior, relacionado à temática indígena da Capitania da Bahia do século XVIII, cujo objetivo é fazer a edição diplomática de 56 manuscritos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino. O *corpus* de análise para este trabalho é constituído por documentos que fazem parte do acervo desse Arquivo. Existe hoje catalogado um volume considerável sobre a Capitania da Bahia no Arquivo Histórico Ultramarino. Uma avaliação inicial sobre essa documentação comprova a existência de muitos documentos relacionados à temática indígena no século XVIII. Os manuscritos desse arquivo revelaram, inicialmente, uma profusa variação gráfica que parece dificultar o acesso por pessoas com pouco ou nenhum treino em leituras de textos antigos. Como se sabe, ainda se está por reconstituir a sócio-história da Bahia, sobretudo questões relacionadas à temática indígena. A partir do levantamento para estudos que possam auxiliar nessa reconstrução, foram encontradas referências no Arquivo Histórico Ultramarino sobre repartições de terras e guerras envolvendo os índios da referida capitania. Para o presente estudo, escolheu-se dois desses documentos para edição diplomática e caracterização paleográfica. Considerando a importância desse período para a história do Brasil, estes manuscritos denunciam as dificuldades que os índios, "os verdadeiros donos das terras", enfrentavam durante o período colonial, evidenciando que eles tinham uma vida muito sofrida. O presente trabalho apresenta a edição diplomática desses documentos, a fim de facilitar a sua leitura, uma vez que a escrita revela mistérios importantes para a história da humanidade. Pela idiossincrasia metodológica, acredita-se que a edição diplomática é a que atende melhor e de modo eficaz, à reconstrução fidedigna desse passado linguístico e contribuirá, certamente, como elemento esclarecedor, para auxiliar os estudos nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

Palavras-chave:

Filologia. Paleografia. Manuscrito. Edição diplomática. Capitania da Bahia.

1. Considerações iniciais

Aprofundar-se no estudo de uma língua pressupõe estudar os fatos históricos e os acontecimentos que motivaram a sua origem e que estão, direta ou indiretamente, relacionados. A sua natureza está associada ao espaço, ao tempo, à variação, à mudança, indubitavelmente.

A língua portuguesa tem sido objeto de investigação constante, sobretudo por ter-se tornado língua de expansão de que emergiram diver-

sas variedades nacionais na contemporaneidade, e, diversos outros reben-
tos linguísticos na história de transplantação, sendo hoje conhecidos vá-
rios crioulos ao redor do mundo que tiveram por base de formação o lé-
xico do português.

Dentre as diferentes variedades originadas na história, o português
brasileiro é uma das mais expressivas manifestações, no que concerne ao
número de utentes na contemporaneidade.

Não obstante sua importância linguística, o português brasileiro
ainda é visto por alguns tantos estudiosos a exemplo de Mário Barreto
(1980, p. 357), como “diferente e errada, mal falada, em relação à falada
em Portugal, e alguns fatos dessa imperfeição se devem ao contato, aqui
havido, com os idiomas africanos e indígenas”. É claro que esse tipo de
visão preconceituosa tem dado lugar a trabalhos sérios que consideram o
português brasileiro lídimo herdeiro de sua história, isto é, fruto dos con-
tatos sociais e linguísticos a que se submeteu.

É preciso recuperar a dimensão desse contato, nomeadamente a
importância da população indígena, sobretudo no período de transição
entre a chamada língua geral e a expansão do português a partir de me-
ados do século XVIII.

O português do Brasil, na condição de língua transplantada, apre-
senta uma trajetória evolutiva própria, marcada por influências múltiplas
e complexas. Diversificados, portanto, são os métodos para sua aborda-
gem, destacando-se o etnolinguístico, o linguístico, o sociocultural e o
sócio-histórico com seus condicionamentos geoeconômicos. Essa multi-
plicidade de pontos de vista converge para a constatação da unidade na
diversidade e da diversidade na unidade como características marcantes
do português do Brasil.

Diante do exposto, e sabendo-se que muito da cultura do povo
brasileiro foi herdada do índio, faz-se necessário compreender e preser-
var as diferentes expressões dentro do contexto onde se originam, sobre-
tudo, desvendar as relações que se estabeleceram entre o português e as
línguas indígenas.

O *corpus* escolhido para esta pesquisa faz parte do Arquivo Histó-
rico Ultramarino (AHU), de Lisboa, que comporta documentação calcu-
lada em mais de 500.000 documentos, toda microfilmada, em que se en-
contra cerca de 80% dos documentos coloniais brasileiros (BERTOLET-
TI, 2002). Faz parte desse arquivo o PROJETO RESGATE BARÃO DO

RIO BRANCO, do gabinete do Ministro da Cultura, sob a Coordenação Geral do Embaixador Wladimir Murtinho e a Coordenação Técnica da Dra. Esther Caldas Bertoletti. O projeto supracitado visa disponibilizar aos pesquisadores em geral os documentos manuscritos existentes nos arquivos europeus e norte-americanos. A documentação encontra-se disponível no Brasil através da microfilmagem sistêmica e transposto em CD-ROMs. Também estão disponíveis os verbetes-resumos de cada um dos documentos e dos códices, publicados em catálogos e distribuídos em diversas instituições.

Como diz Esther Caldas Bertoletti (2008), podem se encontrar em arquivos a

[...] vivência do homem em sociedade, as suas lutas pela liberdade, os seus sonhos de paz [...] o testemunho de sua existência [...] os referenciais das vivências que nos ajudarão a melhor viver o presente, a participar com maior intensidade para a compreensão entre os homens [...] a resposta a todas as nossas inquietações, respostas às nossas dúvidas, pistas para novos caminhos.

Relativamente aos arquivos históricos, a autora ressalta a sua importância afirmando que há

[...] nas caixas, nos maços, nos códices um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver, enfim... aqui e alhures... informações que ultrapassam e muito o interesse dos pesquisadores/historiadores. São de interesse de todos: políticos e pessoas comuns.

Diante de tanta riqueza do Arquivo Histórico Ultramarino, há que se destacar a suma importância deste para o pesquisador de Linguística Histórica, uma vez que a documentação escrita revela características linguísticas vigente no momento em que o texto foi escrito.

Em relação à edição de textos, embora cada autor adote uma posição quanto à eleição de critérios, a depender do objetivo que se tenha, não se pode esquecer que quando se tenta recuperar um maior número de informações sobre o período em foco, uma transcrição deve procurar preservar as características que a língua representa no momento em que o texto foi escrito, tanto no que concerne a aspectos fonéticos, como morfológicos e até mesmo sintáticos ou discursivos. Uma pequena diferença de leitura do valor grafemático-fonético das letras poderia alterar substancialmente a história da língua.

Tendo como respaldo a importância de manuscritos antigos para a história de uma sociedade, ao se fazer uma primeira transcrição é fundamental optar-se por interferir minimamente nas características originais do texto, uma vez que o texto escrito permitirá ao leitor uma imagem da

competência linguística do autor da escrita, possibilitando o estudo da língua do texto em vários níveis.

Desse modo, o método filológico aqui proposto buscará conservar integralmente os dados patentes na documentação selecionada, a partir da definição e aplicação de critérios.

Nesse sentido, a edição diplomática parece ser a mais aconselhável uma vez que os seus critérios direcionam para uma mínima intervenção no processo de transcrição de um texto manuscrito.

É importante ressaltar que, mesmo com as pequenas alterações que a caracterizam, a edição diplomática já implica em certa interpretação do texto nos seus aspectos paleográficos, até pelo fato de que o texto, antes manuscrito, muda de suporte. Há, entretanto, uma eterna discussão sobre os tipos de edição possíveis e de quais critérios devem estes comportar.

Para Serafim da Silva Neto (1988, p. 259), qualquer via que leve à interpretação dos fatos de uma língua é aceitável, afirmando que,

Desta ou daquela maneira, num ou noutro campo, o que importa é trabalhar. O que importa é trabalhar pela dignidade de nossa ciência e firmar-lhe a posição no grupo das ciências do homem. É coisa evidente que devemos conjugar os métodos, fazendo-os convergir para o esclarecimento dos problemas. Há que lançar mão de todos os recursos, para poder interpretar os fatos da língua. Todos os meios são bons, desde que concorram para a reconstituição de um fenômeno linguístico – fenômeno de natureza muito complexa, que tem as suas raízes no cérebro dos falantes e está intimamente entrelaçado com a *objetologia* e com a vida social.

É claro que nem “todos os meios são bons”, mas se deve sempre procurar os melhores dentro do que seja possível.

Muitos filólogos não chegam sequer a uma definição pacífica do que seja uma edição diplomática. Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1987, p. 30), por exemplo, afirma que a “[...] edição diplomática é aquela que, por meios tipográficos, reproduz exatamente a lição de um manuscrito”. E mais, continua o referido autor, “[...] “numa edição realmente diplomática não deve haver a correção de nenhum erro, nem mesmo a introdução de sinais de pontuação ou qualquer adaptação ortográfica”. *Mutatis mutandis* onde o autor se refere a meios tipográficos compreende-se por meio de digital.

Já para César Nardelli Cambraia (2005, p. 93), na “edição *diplomática* tem-se a primeira forma de mediação efetivamente feita pelo crí-

tico textual, sendo esta, porém, bastante limitada: trata-se, portanto, de um *grau baixo de mediação*”. Diz o mesmo autor que uma edição diplomática não deve comportar o desdobramento de abreviaturas, entretanto, autores como Clarinda de Azevedo Maia e Américo Venâncio Lopes Machado Filho julgam que embora a interferência de transcrição seja mínima, as abreviaturas devem ser desenvolvidas, sob pena de uma edição diplomática ser confundida com uma paleográfica.

O recorte proposto para esta pesquisa é de dois documentos manuscritos, editados diplomaticamente, com vistas a servir de material de análise por linguistas, historiadores e interessados pelo tema em geral. Então, o trabalho que se propõe aqui apresentar pode ser resumido nos seguintes objetivos:

- ✓ Editar diplomaticamente dois manuscritos do século XVIII, pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e relacionados à temática indígena da Capitania da Bahia;
- ✓ Evidenciar nos manuscritos questões que possam se referir à construção sócio-histórica do índio no cenário brasileiro;
- ✓ Contribuir, como elemento esclarecedor, com os estudos em diversas áreas do conhecimento humano.

Espera-se que este estudo forneça contribuições para conectar passado e presente, sobretudo em relação à base histórica da multiface do português brasileiro, já que o tratamento filológico dará conta da circulação e notícia das informações presentes nos manuscritos.

Os dois documentos manuscritos são apresentados no catálogo disponibilizado pelo Projeto Resgate da seguinte forma:

a) **1712, Maio, 4, Bahia**

CARTA do governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei [D. João V] em resposta a carta régia que ordena a delimitação da quantidade de terra doada aos aldeamentos de índios.

AHU-Baía, cx. 7, doc.7

AHU_ACL_CU_005, Cx. 7, D. 608.

b) **1722, Julho, 29, Bahia**

CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil] Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] sobre as diligências que mandou efetuar contra os índios do sertão pelo capitão-mor Antônio Veloso.

AHU-Baía, cx. 12, doc. 98

AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1313

Para a edição dos documentos, foram adotados os seguintes critérios:

- ✓ As grafias originais de consoantes e vogais foram mantidas, independentemente de seu valor fonético, inclusive as duplicadas;
- ✓ Foram também conservadas as palavras que se apresentam unidas no original e hoje se grafam separadas e vice-versa;
- ✓ As letras maiúsculas e minúsculas não foram alteradas, sendo representadas igualmente como ocorrem no texto original; se apresentando um tamanho superior de corpo maior do que o padrão das minúsculas, mesmo as que aparecem no interior do sintagma, também foram interpretadas como maiúsculas;
- ✓ Os diacríticos foram mantidos, embora, em alguns casos, seus usos sejam distintos do sistema atual;
- ✓ As abreviaturas foram desenvolvidas e seus desdobramentos são apontados em itálico;
- ✓ Transcrever os vocativos conforme sua apresentação no manuscrito, se direita, esquerda ou centralizado, ressaltando-se que não haverá numeração da linha;
- ✓ A numeração do fólio é indicada na parte superior da página, à margem direita, indicando se reto ou verso, em itálico, fazendo a chamada com asterisco (**f.Ir*, **f.Iv*);
- ✓ Todas as linhas, exceto as dos vocativos e das assinaturas, foram indicadas. Essa indicação foi reproduzida com números arábicos, entre colchetes e precedidos da letra “l” seguida de ponto [l.4], anterior ao vocábulo inicial de cada linha;

- ✓ Os caracteres indefinidos, mas sendo possível inferir uma leitura, foram assinalados pelos sinais < >;
- ✓ As rasuras ilegíveis foram assinaladas entre colchetes e de reticências [...], sem precisar sua dimensão na mancha do texto;
- ✓ As assinaturas não foram todas transcritas nesta pesquisa por causa da imprecisão a que se poderia chegar. Não obstante, é um trabalho a ser realizado futuramente. Quando não há a possibilidade de reconhecimento da assinatura, a representação foi feita por duas chaves {{ }}, quando transcrita, é apresentada em negrito;
- ✓ Só foi editado o texto principal. As inscrições inábeis, na perspectiva do termo cunhado por Rita Marquilhas (1998), foram reservadas para uma posterior análise.

Embora não se possa precisar com exatidão todas as características paleográficas dos documentos editados, uma vez que não se tem, ainda, o texto original, todas as características paleográficas possíveis foram ressaltadas. Quando não há a possibilidade de análise, esclarece-se por meio de nota ou no próprio texto.

Após a identificação dos aspectos paleográficos identificáveis foi feito um resumo do teor narrativo presente em cada documento.

A seguir, apresenta-se a microfilmagem de cada documento, seguida pela edição diplomática, teor narrativo e aspectos paleográficos identificáveis, respectivamente:

Edição

[*f.1r,]

[c1]

[1.1] Esta carta de *Vossa Magestade* fica Registada nas [1.2] partes aque toca; e farei inviolavelmente [1.3] obseruar, o que *Vossa Magestade* por ella ordena. A Real *PeSsoa* de *Vossa Magestade*. *garde NoSso Senhor*, como Seus *VaSsallos* hauemos *Mister. Bahia* eMayo 4 de 1712.

[*f.1]

Senhor

[c2]

[1.1] *DomLourenço* de *Amada Amigo*. *EV El Rey* [1.2] vos envio muito *Saudar*. Sou informado que os [1.3] *Menistros* a quem comety a *dilligencia* dos *tombos* [1.4] das *terras* dos *Certoens* desse *Estado* e'da *repartição* [1.5] das que *Se* *deuem* dar a cada *Aldeya* de*Indioz*, [1.6] e'aos *vigarios* das *Igrejas* para os seus *paSaes*, *exce*, [1.7] *deraõ* na taxa das *terras* para os *peSoaes* das *Igrejas*, [1.8] *afórma* de *órdem* que para esta *delligencia* *tivé=* [1.9] *raõ*, *dandolhe* mais *terra* da que *lhes* he *permitida*, [1.10] *Repa-*
driando aos *moradores* *circunvezinhos*, em [1.11] *lhos* *tirar* muita *parte* dos que *Lograõ*, e'nos *me=* [1.12] *lhores* *Citios*, para as *darem* aos *Parochos*, que com [1.13] a tal *extençam*, *Se* *fazem* *senhores* de muita *fa=* [1.14] *zenda*, e'*creaçoens*, e'com *ellas* *taõ* *poderozos*, que os [1.15] *pôbres* *senão* *atreuem* *aqueixar* do *Prejuizo* *que* [1.16] *Recebem*; *Epor* *lhos* *evi-*
tar este *dano*, e'*Remediar* [1.17] o *Erro*, que na *ditta* *taxa* *SeConSidera*. *Me* *pare=* [1.18] *ceo* *ordenarvos*, *naõ* *consintaes* que aos *vigarios* das [1.19] *Igrejas* *Parochias*, e'*Missionarios* dos *Indios* *aldea=* [1.20] dos nos *certoens* de*Ssa* *Capitanya*, *se* *dé* para *peSoaes* [1.21] das *taes* *Igrejas*, mais *terra* que *aque* *baste* para [1.22] *pasto* de *tres* ou *quatro* *caualllos*, e'*de* *ou-*
tras *tantas* [1.23] *vacas*, que he o que *sóbra* para *hum* *clerigo*,e'*esta* [1.24] *ordem* *fareis* *Registrar* nos *Livros* da*Camara*, e'nos [1.25] da*Secretaría* de*Sse* *gouerno*, e'*nas* mais *partes* a [1.26] *honde* *tocar*, que he *omesmo* que *Se* *ordena* *ato-* [1.27] dos os *gouernadores* das mais *capitanyas* de*Sse* [1.28] *Estâdo*. *Escrita* em *Lisboa* a 12 de *Nouembro* [1.29] de 1720 .S. *REY.S. P. Miguel Carlos .S.* Para o [1.30] *gouernador* *geral* do *Estado* do *Brazil* .S.



2. Aspectos paleográficos identificáveis

O documento amanuense, isto é, feito a mão, é um texto em que se observa não se tratar de uma mão inábil, na perspectiva do termo cunhado por Rita Marquilha (1998). A escrita apresenta uma homogeneidade em seu tamanho, com regularidade no traçado das letras e leve inclinação para a direita, sem borrões e sem rasuras.

O documento é do tipo anopistógrafo, escrito apenas no reto do fólio. Está organizado em duas colunas. A primeira é composta por 6 linhas e a segunda por 30 linhas. O vocativo “Senhor” está na borda superior, centralizado em relação à disposição da primeira coluna. Esta não acompanha uma regularidade linear em relação à segunda coluna iniciada após o vocativo. Após o texto da primeira coluna há duas linhas ininteligíveis que, pelo formato da letra, trata-se de um texto feito por segunda mão.



Há, também, cinco assinaturas abreviadas após a informação ininteligível e dois carimbos de dimensões diferentes. O menor com o seguinte teor: Arquivo Histórico Ultramarino; e o maior da Biblioteca Nacional de Lisboa, com o teor: Arquivo de Marinha e Ultramar.

Na borda inferior, centralizada nas dimensões da primeira coluna, há uma assinatura com algumas partes abreviadas. Em relação ao sistema braquigráfico, isto é, processo de se escrever por meio de abreviaturas, o texto possui duas abreviaturas, como se percebe a seguir:

- a) [l.17, C2]  b) [l.5, C1] , correspondendo respectivamente a “que” e “Bahia”.

Embora o documento tenha sido escrito por mão única, percebem-se formas diferentes de grafia de uma mesma letra. Essa atitude pode ser vista com a letra “s”. Vejam-se os exemplos a seguir:

- [l.2]  b) [l.2]  c) [l.4] 

- d) [l.3]  e) [l.4] , respectivamente “vos”, “Saudar”, “Certoens”, “Menistros” e “deSse”.

Como se pode perceber nos contornos dos “s” acima, o amanuense traça formas diversificadas para cada situação. Quando germinado, por exemplo, nota-se uma recorrência de dimensão maior para o primeiro “s”. Essa postura também é adotada quando no início do vocábulo.


3. *Teor narrativo*

O Governador Geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, comunica ao Rei a postura da igreja em relação à repartição das terras do sertão da Bahia, que deveriam ser distribuídas entre as aldeias dos índios. Entretanto, essa divisão acontecia de forma desordenada, beneficiando as paróquias e missionários com as melhores terras.

A repartição de terras foi determinada pelo rei para os índios e para a igreja, esta, por sua vez, se beneficiou além do que era permitido, deixando os indígenas no prejuízo, sem ter a quem recorrer. Dessa forma, o governador solicita ao rei providências que impedissem essa desordenada distribuição, alegando que para as igrejas bastaria terra para poucas criações.

DOC 2 - 29 DE JULHO DE 1722 (CARTA)

Para
 1722 Julho 29


 Encor.

Almoçamos de 8 de Maio
 forado de le ho: g p n h a d o m d o
 onj de 6 namu
 survo o v r o l n d a
 d r m m m y g n s
 p o r e d m p e n t h o
 d l u d o g r o p l g n
 c a o l o p e l o m o d s t o
 u e h o b a r a m m t a g e
 d o s d e l t i n a b o t e r y
 d e l t a h o m i l o n e h o g e p n
 s d y h b a p a d h e r p n
 p n t a d e d o o m p a n h o
 h e d e s t i n i l e m t a o d a d e
 v o r q u e d e p a l a r h i e l o
 A m . p . p . m a g e p e r a o
 d e g r a n h e d o d a p l

No Comboy de Pernambuco, que na gre-
 zanca de Mag. Eauer e Ceco Kido em Janey-
 ro, o Capitão mor Antonio Vellozo, depois de
 Campear alguns mezes neste Certo, e nos
 destritos mais proprios de se encontrar com
 os Indios brabos, que infestauão as Cab-
 ceiras do Jaqueriã, e nomes de Neureiro,
 o mandey continuar a mesma deligencia, tão
 felis mente, que nos fim de tres mezes, tendo
 penetrado muita parte do Certo, deu com o
 Esto das mesmos Indios, e seguindo com
 suas partidas, albrancadas na forma que se
 faz a guerra do Pais, forão estas sentidas do
 inimigo, do que resultou occuparem euã ser-
 va, quãny impenetravel, que cobria de lã deã
 qmque habitauão, e ahy fezeraõ euã tão vi-
 gurosa defença, que se quezeraõ os nosos em
 grande consternação, por em obrigados de o
 exemplo, Vellozo, e impullo do mesmo Capitão
 mor, acometeraõ os Indios tão intregidamen-
 te, que forão percizados depois de mortos al-
 guns, e abandonarem aquelle de difficul tozo
 passou, e continuando os nosos a perseguilho
 na sua latirada, forão mortos treze, feridos
 muitos, e prizioneiros alguns, e com isto Jueraõ

Edição

[*f.Ir]

[c1]

[1.1] Baía [1.2] 1722 Julho 29]

[texto ininteligível]

[*f.Ir]

Senhor.

[c2]

[1.1] Pello comboy de Pernambuco, pus napre= [1.2] zença de *Vossa Magestade* hauerçe Recolhido em Janey= [1.3] ro, oCapitão mor Antonio Vellozo, depois de= [1.4] Campear alguñs mezes pello Certaõ, e'nos= [1.5] dstrictos mais proprios deSe incontrar com= [1.6] os Indios brabos, que infestauaõ as Cabi= [1.7] çeiras do Jaqueriçã, e'nomes deFeuereiro, [1.8] omandey continuar a mesma delligencia, taõ= [1.9] fellis mente, que nofim detres mezes, tendo [1.10] penetrado muita parte doCertaõ, deu com o= [1.11] Rasto dosmesmos Indios, e'Seguindoo com= [1.12] Suas partidas, avançadas naforma que Se= [1.13] fas aguerra do Pais, foraõ estas Sentidas do= [1.14] inimigo, do que Rezultou ocuparem huã Ser= [1.15] ra quazy impenetravel, que cobria da Aldea= [1.16] em que habitauaõ, e'aly fizeraõ huã taõ vi= [1.17] guroza defença, que Se puzeraõ os noSsos em= [1.18] grande consternaçaõ; porem obrigados do= [1.19] exemplo, vallor, e'impulço domesmo Capitaõ= [1.20] mor, acometeraõ os Indios taõ intrepidamen [1.21] te, queforaõ percizados depois demortos al= [1.22] guns, aabandonarem aquelle deficultozo [1.23] passo e'continuando os noSsos apreSeguillos [1.24] naSua Retirada, foraõ mortos treze, feridos [1.25] muitos, e'prezoneyros alguñs, e'comisto Liures

[*f.Iv]

[c2]

[1.1] os doCayrû, e'Jaqueriçã dos Seus inSultos: [1.2] estes Indios chamados Tupimnabuhã, Saõ [1.3] taõ corpulentos, e'Vallerosos, que naõ Recebem, [1.4] nem daõ quartel, e'os Seus Arcos, e'Frechas, [1.5] Saõ demaneyra, que naõ podem os outros v= [1.6] zar deSemelhantes armas: pareceume por [1.7] na presença de *Vossa Magestade*, este bom Sucesso,

com= [l.8] acircunstancia deSefazer esta guerra, Sem [l.9] despeza daSu-
aReal fazenda, nem perdermos [l.10] mais que hum homem, e'Sinco,
ouSeis feridos; e'= [l.11] Suposto Seintender, que ficaraõ extintos a=
[l.12] quelles barbaros, mando continuar namesma [l.13] delligencia, ao
menos para Reduzir aSealde= [l.14] arem quaes quer outros, que andem
esperços. [l.15] A Real Pessoa deVossa Magestade guarde Nosso Se=
[l.16] nhor, como Seus Vassallos hauemos mister. [l.17] Bahya e'Julho
29 de1722.

4. Aspectos paleográficos identificáveis

O manuscrito é regular quanto ao *ductus* ou traçado das letras e homogêneo em seu tamanho. Possui um fôlio, reto e verso. Não há rasuras, mas dois borrões no segundo fôlio, que não comprometem a leitura da palavra. O texto indica que o copista deveria ter prática de escrita, já que apresenta uma estética organizada. Os vocábulos, por vezes, são encadeados e grafados sem descanso das mãos, característica comum a documentos do século XVIII, entretanto, pode-se dizer que é uma escrita suave e bem traçada, como se percebe, por exemplo, nas linhas [l.9r, c2]

no fim e em [l.10r c2] *do certo,* do manuscrito.

O texto está escrito em duas colunas. Na borda superior a esquerda da primeira coluna há uma datação, feita por segunda mão, e uma parte ininteligível, claramente inábil, em 17 linhas, feita por uma terceira mão.

A segunda coluna, iniciada pela capitular “P”, é formada por 25 linhas e iniciada após o vocativo “Senhor”. Este se apresenta centralizado de acordo com a disposição da segunda coluna. Entre o vocativo e a segunda coluna, percebe-se a imagem de dois carinhos de dimensões diferentes: um da Biblioteca Nacional de Lisboa, com o seguinte teor: Arquivo de Marinha e Ultramar; e o outro indicando tratar-se de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

No verso do fôlio, o texto é continuidade da segunda coluna, precedido pela continuação do texto ininteligível, antes referido por mão inábil. Possui 17 linhas e a mancha do reto pode ser observada no verso. Entre a parte ininteligível e o início da segunda coluna há cinco assinaturas abreviadas e na borda inferior, centralizada em relação a segunda coluna, há uma assinatura por extenso, parcialmente. Os carimbos do reto são, também, perceptíveis no verso.

5. Teor narrativo

O Vice-Rei e Governador Geral do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, faz um relato ao rei D. João V, informando sobre a guerra entre os que chamam de “gentis bravos”, isto é, os índios, e um grupo liderado pelo Capitão-Mor Antonio Velloso, nas cabeceiras do Jequeriçá. Essa guerra durou três meses, num lugar de difícil acesso em que viviam os índios. Com a luta, alguns índios abandonaram a aldeia e foram perseguidos pelo grupo do capitão, outros foram mortos enquanto muitos ficaram prisioneiros. Destes, alguns ficaram livres.

Na carta o Governador classifica os índios como corpulentos, valentes, e suas armas não fazem parte de qualquer trabalho de escambo. Usam, ainda, arcos e flechas os quais são de difícil manejo por outras pessoas a elas desacostumadas, segundo consta. Informa, também, que diante da habilidade com que os índios lutavam, a tropa do capitão saiu vencedora, contando apenas com uma morte e menos de sete homens feridos.

O governador diz que os gentis bravos foram massacrados e que a perseguição deve continuar para que os que andam dispersos não voltem a formar aldeias.

6. Considerações finais

Procurando seguir os princípios filológicos ao trabalhar com textos escritos, buscou-se fazer transcrições fidedignas para que a descrição dos fatos da língua no momento em que o texto foi escrito não sofresse alterações.

Partindo dessa reflexão, e consciente de que os dados existentes sobre a sociedade indígena brasileira no contexto de dominação ainda são incipientes, sobretudo os referentes a um período tão caro à história da linguística no Brasil, que é aquele em que a língua geral passa a ser desprestigiada, sentiu-se a necessidade de se fazer uma edição conservadora dos manuscritos estudados, uma vez que elementos linguísticos do texto estabelecido permitiriam estudar a língua nele documentada.

Em função dos limites temporais, é óbvio, não foi possível, neste estudo, fazer uma transcrição dos textos exógenos ao *corpus* básico desta pesquisa, questão que poderá ser retomada posteriormente. Além da edição dos dois documentos, teve-se a preocupação de proporcionar, com os

recursos disponíveis, uma análise dos aspectos paleográficos identificáveis e um resumo das informações narradas em cada documento.

Pela documentação editada, é perceptível a inferioridade e subserviência do indígena diante do colonizador. Essa subserviência, escravagista, como comprovam os documentos editados, direciona para a aceitação de que os índios tinham e têm uma vida sofrida.

Em síntese, é emergente a busca por dados mais concretos que possam subsidiar a história do índio no contexto social brasileiro e assim contribuir com a difusão de que o indígena participava efetivamente, não apenas na formação de um povo, de uma nação, mas também no formato linguístico, a menos lexical, que culminou no português do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Introdução ao estudo da nova crítica no Brasil*: ensaio de história e crítica literária. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1987.

BARRETO, Mário. *Novos estudos de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: INL, 1998.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Arquivo*: escaninho das memórias. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>. Acesso em: 13 jun. 2010.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Diálogos de São Gregório*: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008.

MARQUILHAS, Rita. Mãos inábeis nos arquivos da inquisição. Fontes para o estudo fonológico do português do século XVII. In: KREMER, Dieter. (Ed.). *Homenaxe a amón Lorenzo*, tomo II. Vigo, Galaxia, 1998, p. 761-767.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de filologia portuguesa*: história, problemas, métodos. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.